

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
ESCOLA JUDICIAL DO TRT 19ª REGIÃO

PLANO ANUAL DE
CAPACITAÇÃO 2020



ESCOLA JUDICIAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

19ª REGIÃO
TRT 19: www.trt19.jus.br
escola_judicial@trt19.jus.br

ESCOLA JUDICIAL

ADMINISTRAÇÃO BIÊNIO 2018 - 2020

PRESIDENTE

Desembargadora do Trabalho Anne Helena Fischer Inojosa

VICE-PRESIDENTE E CORREGEDOR:

Desembargador do Trabalho José Marcelo Vieira de Araújo

DIRETORA GERAL:

Servidora Mary Lidian de Lima Ferraz

DIREÇÃO DA ESCOLA JUDICIAL:

Desembargador do Trabalho João Leite de Arruda Alencar - Diretor
Juiz do Trabalho Substituto Flávio Luiz da Costa - Vice-Diretor

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA
Juiz do Trabalho Substituto Flávio Luiz da Costa

CONSELHO CONSULTIVO:
Desembargador do Trabalho João Leite de Arruda Alencar - Diretor
Juiz do Trabalho Substituto Flávio Luiz da Costa - Vice-Diretor e
Coordenador Pedagógico
Desembargador do Trabalho Laerte Neves de Souza - Representante dos Desembargadores
Juiz do Trabalho Titular Nilton Beltrão de Albuquerque Júnior
- Representante da AMATRA XIX
Taciana Medeiros de Luna Lessa - Representante da Secretaria da Escola Judicial
Marcus Paulo Veríssimo de Souza - Representante da Secretaria de Gestão de Pessoas

EQUIPES DE PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO

NÚCLEO ADMINISTRATIVO

NÚCLEO DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO
Servidor André Henrique de Lima Antunes

SETOR DE ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
Servidora Teresa Luísa Rodrigues de Alencar
Servidora Viviane Rodrigues Maia Nobre

SETOR DE BIBLIOTECA
Servidor Maurício Alexander Correia de Souza
Servidora Sandra Regina Oliveira Salazar

SETOR DE ESTÁGIO
Servidora Ioneide Rodrigues Almeida

NÚCLEO DE APOIO PEDAGÓGICO

SEÇÃO DE FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS
Servidora Soraya Santa Rosa de Medeiros Carvalho

SEÇÃO DE FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE SERVIDORES
Servidora Adriana Maria Felix de Freitas Carneiro
Servidora Ivanilda Menezes Vasconcelos Vieira

SETOR DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
Servidora Maristela Pellenz Casado

Sumário

1.	APRESENTAÇÃO.....	5
2.	RESPONSABILIDADE.....	6
3.	OBJETIVOS.....	6
3.1.	Geral.....	6
3.2.	Específicos.....	6
4.	JUSTIFICATIVA.....	7
5.	DA ESTRUTURAÇÃO DO PLANO.....	7
6.	PÚBLICO-ALVO	9
7.	PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS NORTEADORES.....	9
8.	METODOLOGIA DAS AÇÕES FORMATIVAS.....	10
9.	SUPORTES PEDAGÓGICOS E RECURSOS VISUAIS.....	11
10.	CORPO DOCENTE.....	11
11.	PARCERIAS.....	12
12.	AVALIAÇÃO DAS AÇÕES FORMATIVAS.....	12
13.	CERTIFICAÇÃO.....	14
14.	RESULTADOS ESPERADOS.....	15
15.	FATORES DE RISCO PARA A EXECUÇÃO DO PLANO.....	15
16.	PRODUTO PRINCIPAL DESTES PLANOS.....	16
17.	ÁREAS ENVOLVIDAS.....	16
18.	ORÇAMENTO PARA EXECUÇÃO DO PROGRAMA.....	16
19.	BASE LEGAL	17
20.	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	17
21.	ANEXO - PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO 2018.....	19

PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO 2020

1. APRESENTAÇÃO

O Plano Anual de Capacitação do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região tem por finalidade promover a formação e o aperfeiçoamento dos magistrados e servidores do referido órgão, tendo em vista as necessidades surgidas como consequência das transformações impostas pelo desenvolvimento da sociedade.

Foram consideradas para a elaboração deste plano, as diretrizes gerais para a formação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores contidas em atos normativos de órgãos superiores, bem como deste Regional, entre eles: as Resoluções nºs. 001/2008, 003/2009 e 18/2015 da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Magistrados do Trabalho - ENAMAT; as Resoluções n.º 159/2012 e 192/2014 e 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ (PLS), a Lei 11.416/2006, as Portarias Conjuntas n.º 001 e 003/2007 do STF, o Ato n.º 117/2016 do TRT19, Resoluções n.º 174/2016 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT (disputas de interesses), Resolução 246/2018 (que alterou a 192/2014) e o Ato n.º 101/2019 do TRT19.

Vale ressaltar que as ações formativas constantes deste instrumento poderão ser realizadas nas modalidades presencial, semipresencial ou a distância, devendo abranger a formação geral e específica de magistrados e servidores para um bom desempenho no desenvolvimento de suas atribuições.

É importante destacar que o presente plano foi elaborado num momento que apresenta limite orçamentário e que, em razão disso, as ações de capacitação foram priorizadas e direcionadas às áreas de maior necessidade de aperfeiçoamento.

As ações de capacitação aqui apresentadas compreendem as ações de formação e aperfeiçoamento de curta duração, as ações de qualificação e as que possuem caráter obrigatório em decorrência de exigência legal como é o caso do Programa de Reciclagem Anual para Agentes de Segurança, Programa de Logística Sustentável, Acessibilidade, Plano de Capacitação da Tecnologia da Informação e algumas ações que deverão ser realizadas, tendo em vista o cumprimento de metas para determinadas unidades, dentre elas: a Coordenadoria de

Controle Interno, Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações. As referidas ações poderão ser executadas na modalidade presencial (em serviço ou fora da instituição) ou na modalidade a distância.

2. RESPONSABILIDADE

A responsabilidade direta pela elaboração, execução e acompanhamento deste programa é da Escola Judicial, através do Núcleo de Apoio Pedagógico, integrado pela Seção de Formação, Capacitação e Aperfeiçoamento de Magistrados, da Seção de Formação, Capacitação e Aperfeiçoamento de Servidores e da Seção de Educação a Distância, sob a direção do Desembargador João Leite de Arruda Alencar e a coordenação pedagógica do Juiz Flávio Luiz da Costa.

3. OBJETIVOS

3.1 - Geral

- Promover ações de capacitação que visem ao desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais que contribuam para a melhoria da qualidade das atividades desempenhadas por magistrados e servidores.
- Qualificar magistrados e servidores para melhor desempenho de suas atribuições, visando ao cumprimento da Missão Institucional do TRT19.

3.2 - Específicos

- Realizar ações de capacitação voltadas ao desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais necessárias à qualidade da prestação jurisdicional;
- Estimular a participação de magistrados e servidores nas ações formativas promovidas pela Escola Judicial, fomentando a cultura acadêmica na Instituição;
- Apresentar um cronograma de treinamentos de acordo com as áreas constantes do Relatório de Gestão de Pessoas por Competências encaminhado pela Secretaria de Gestão de Pessoas, bem como com as sugestões encaminhadas a esta Escola Judicial pelas diversas unidades deste Tribunal.

4 - JUSTIFICATIVA

Este plano foi elaborado considerando as necessidades de desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais de magistrados e servidores, decorrentes das constantes mudanças sociais pelas quais passa o país.

É importante salientar que tais mudanças demandam das Escolas Judiciais um olhar diferenciado no tocante à qualificação e aperfeiçoamento dos segmentos citados acima, tanto no aspecto sócio-econômico, quanto nos aspectos cultural, tecnológico e comportamental.

Este documento apresenta como principais diretrizes:

- ❖ Divulgar todas as ações de capacitação no âmbito do TRT19, de modo a favorecer o acesso do público interessado;
- ❖ Incentivar os magistrados e servidores em suas iniciativas de capacitação que visem ao desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais de acordo com as possibilidades orçamentárias;
- ❖ Avaliar de forma permanente os resultados das ações formativas nas atividades desempenhadas por magistrados e servidores;

5 - DA ESTRUTURAÇÃO DO PLANO

Este instrumento será composto por alguns programas de capacitação, a saber:

- **Formação Continuada para Magistrados** - Tem como objetivo favorecer o aprimoramento de magistrados vitaliciandos e vitaliciados e contará com a realização de ações de capacitação nas modalidades presencial e/ou a distância, podendo contemplar magistrados deste e de outros Regionais. Conterá, também, com a participação de magistrados em seminários, congressos e fóruns promovidos por outras instituições/órgãos;
- **Formação Continuada para Servidores** - Tem como objetivo favorecer o aprimoramento dos servidores deste Tribunal e contará com a realização de ações de capacitação nas modalidades presencial e/ou a distância, contemplando, a participação de servidores em eventos de capacitação como seminários, congressos e fóruns promovidos por outras instituições/órgãos;
- **Programa de Reciclagem Anual para Agentes de Segurança** - Tem como objetivo promover o aperfeiçoamento dos Agentes de Segurança deste Tribunal, em cumprimento ao que determinam a Portaria Conjunta Nº. 01/2007, do STF e o Ato nº 101/2019 do TRT19 (que revogou o Ato GP/TRT19ª Nº. 117/2016) e contará com a realização de curso na modalidade presencial e/ou a distância;

- **Plano de Capacitação em Tecnologia da Informação** - Proporcionar aos servidores da SETIC os conhecimentos necessários para a realização efetiva de suas tarefas, conforme as melhores práticas da área.
- **Plano de Capacitação da Coordenadoria de Controle Interno** em atendimento ao disposto no item I, "f", do Parecer nº. 02/2013-SCI/Presi/CNJ.

6 - PÚBLICO ALVO

As ações de capacitação contempladas neste Plano destinam-se aos segmentos abaixo descritos:

- Magistrados de 1º e 2º graus do TRT19; e,
- Servidores das áreas fim e meio do TRT19.

7 - PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS NORTEADORES

Desde o princípio dos tempos até a atualidade, a humanidade vem passando por profundas mudanças nos diversos campos do saber, mudanças essas de caráter econômico, social, cultural e tecnológico e este plano foi elaborado tendo como preocupação propiciar uma formação inicial e continuada voltada para o atendimento de todas essas questões, desenvolvendo nos magistrados e servidores deste Tribunal, a capacidade de se perceberem como sujeitos transformadores da cultura, da ciência, da sociedade e da sua própria condição humana, tornando-se seres capazes de intervir nas relações sociais existentes.

É importante salientar que é em decorrência das suas relações com o meio e com a natureza que o homem produz e/ou altera os seus conhecimentos, abrindo espaço para uma nova concepção de sujeito: um ser que tem sua identidade formada a partir da sua interação com o meio e com o outro.

Partindo desse princípio é necessário destacar que para exercer a prática jurisdicional em contextos sócio-econômicos e culturais cada vez mais complexos, a formação de magistrados e servidores deverá ser humanista e interdisciplinar, dimensões estas que orientarão as práticas pedagógicas de formação inicial e continuada promovidas pela Escola Judicial da 19ª Região.

O plano anual de capacitação está também fundamentado no Projeto Político Pedagógico da Escola Judicial do TRT 19, baseado nos seguintes princípios:

1. Relacionar parte e totalidade

A produção do conhecimento resulta da articulação entre parte e totalidade; conhecer fatos ou fenômenos é compreender o lugar que eles ocupam na totalidade concreta. Decorre, deste princípio, que os processos de formação dos magistrados deverão observar que o conhecimento é produzido ou apropriado através do pensamento que se move do mais simples para o mais complexo, do imediato para o mediato, do conhecido para o desconhecido.

2. A relação entre disciplinaridade e interdisciplinaridade

O conhecimento é produzido de forma interdisciplinar. Isso remete à necessidade de articulação entre os diversos campos do conhecimento disciplinar e essa prática, por sua vez, vincula práticas sociais, culturais, políticas e produtivas.

3. A relação entre teoria e prática

Se o homem só conhece aquilo que é objeto de sua atividade, e conhece porque atua praticamente, a produção ou apreensão do conhecimento produzido não pode resolver-se teoricamente mediante o confronto dos diversos pensamentos. Para mostrar sua verdade, o conhecimento tem que adquirir corpo na própria realidade, sob a forma de atividade prática, e transformá-la.

8 - METODOLOGIA DAS AÇÕES FORMATIVAS

O caminho metodológico a ser seguido pelo docente, portanto, é o que conduz os alunos (magistrados/servidores) a partir de suas próprias experiências e conhecimentos para, mediante atividades teórico-práticas, compreendê-los, aprofundá-los e concretizá-los em novas práticas; estas, por sua vez, serão novo ponto de partida para a sistematização de conhecimentos em níveis cada vez mais amplos. Para que tal caminho aconteça, o aprofundamento teórico ocorrerá a partir da análise de situações reais, estudos de caso, simulações, análise e solução de problemas ou de outras metodologias participativas.

Vale ressaltar que o presente documento está estruturado em duas formas de capacitação:

- **Capacitações internas:** são ações de capacitação realizadas pela EJUD19, com instrutores internos ou externos (outros órgãos da Administração Pública Federal) cadastrados no Banco de Talentos constante do Portal do Usuário (intranet do TRT19) ou contratados por meio das modalidades dispensa ou inexigibilidade de licitação, quando não é possível localizar, no referido banco, o perfil necessário para determinada demanda.

Os instrutores das ações de capacitação internas serão pagos por meio de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso (GECC), em conformidade com o Ato ENAMAT nº. 002, de 29 de março de 2017 e o ATO EJUD19 N.º 05, de 06 de setembro de 2017, em caso de magistrados, ou de acordo com a Lei nº. 8112/90 c/c o Ato nº. 100/2011 se forem servidores públicos federais ou, ainda, pagos através de nota de empenho, no caso de instrutores contratados por dispensa ou inexigibilidade de licitação.

No caso de cursos com inscrições abertas, os servidores deverão observar a aplicabilidade dos conteúdos para a sua área de atuação, consideradas as especificidades de cada ação. As inscrições devem ser feitas através do link indicado ou encaminhadas à Escola Judicial, via e-mail, devidamente autorizadas pela chefia imediata.

No tocante aos cursos com público-alvo já definido (turmas fechadas), a lista com os participantes deverá ser divulgada na intranet com antecedência mínima de 3 (três) dias antes do início do evento.

- **Capacitações externas:** são ações de capacitação realizadas através de contratação de pessoas físicas ou jurídicas, nas modalidades dispensa ou inexigibilidade de licitação, mediante solicitações de inscrição oriundas das diversas unidades deste órgão. É importante ressaltar que, neste caso, também, é necessária a observância da aplicabilidade dos conteúdos à área de atuação do (s) servidor (es) interessado (s).

Vale ressaltar que, em ambos os casos, as ações de capacitação previstas neste plano, além dos aspectos acima referenciados, consideram, também, as informações constantes do relatório do Programa de Gestão por Competências deste Regional, tendo como um dos critérios para a oferta dos cursos as competências que apresentam um maior número de servidores a serem treinados.

Um outro aspecto que respalda a escolha dos temas é a necessidade de oferta de cursos para atualização dos servidores quando do surgimento de novos normativos que envolvem questões inerentes à Administração Pública (atualização de legislação).

9 - SUPORTES PEDAGÓGICOS E RECURSOS VISUAIS

As salas de aula da Escola Judicial dispõem de alguns recursos visuais e audiovisuais e caberá aos docentes, em conjunto com a referida unidade, definir aqueles que

serão utilizados por ocasião da realização de cada ação formativa. São exemplos de recursos que podem ser usados: lousa digital, computador, projetor, som, além de atos normativos (leis, resoluções, entre outros), estudos de caso, mapas conceituais, livros, guias, vídeos; processos judiciais (cópias físicas ou eletrônicas); slides do PowerPoint; músicas; simulações; pesquisas.

10 - CORPO DOCENTE

As ações formativas promovidas pela EJUD19, seja na modalidade presencial ou na modalidade a distância, serão desenvolvidas por profissionais de ensino tecnicamente qualificados, de pluralidade intelectual e com experiência profissional na área, podendo abranger tanto a área jurídica quanto áreas afins. Tais profissionais podem estar vinculados à Administração Pública Federal Direta ou a outras instituições, inclusive da iniciativa privada de acordo com a relevância das demandas dos processos de trabalho.

11 - PARCERIAS

Para a execução deste programa, se necessário for, a Escola Judicial do TRT19 poderá celebrar convênios ou parcerias com outras Escolas de Magistratura, Judiciais, Associativas ou Fundacionais, bem como com Instituições de Ensino Superior reconhecidas na forma da lei, desde que sejam observados os princípios da eficiência e conveniência administrativa e sempre com supervisão direta das atividades e com controle dos instrumentos de avaliação.

12 - AVALIAÇÕES

Considerando as concepções de conhecimento, competência e aprendizagem que fundamentam o Projeto Político Pedagógico desta EJUD19, a avaliação, no âmbito do trabalho complexo, é permanente e processual, intrínseca às relações de ensino e aprendizagem, não podendo se reduzir a momentos determinados do trabalho educativo, geralmente circunscritos à análise de um produto final.

A avaliação vincula-se ao acompanhamento da capacidade do sujeito aprendiz de aprender interferindo no processo, descobrindo novas dimensões, recriando realidades a partir de novos aportes teóricos, das interações com o professor e com os colegas e tem por objetivo subsidiar as decisões relativas ao conjunto de atividades formativas que realiza.

A avaliação está, portanto, articulada a uma concepção de conhecimento que avalia os processos formativos do sujeito aprendiz em sua capacidade de compreender a complexidade da totalidade a partir da compreensão das partes e das relações que estabelecem entre si.

Tendo em vista essas premissas, concebe-se a avaliação como prática multidisciplinar que, integrando todo o processo pedagógico, tem como objetivo validar as soluções educacionais e seus resultados. Assim compreendida, a avaliação é também o ato de planejar, estabelecer objetivos e verificar seu alcance, envolvendo a tomada de decisões para a melhoria do processo educacional como um todo.

A tomada de decisão deve acompanhar todo o processo de avaliação, possibilitando que se promovam os ajustes necessários para que sejam atingidos os objetivos das soluções educacionais propostas, inclusive os derivados da dinamicidade dos processos educativos em suas relações com as demandas do processo de trabalho.

Para acompanhamento das atividades de capacitação realizadas neste Regional, a Escola Judicial utiliza um instrumento denominado avaliação de reação que permite que as ações formativas, no que diz respeito a instrutoria, conteúdo, carga horária, local, material didático entre outros, sejam objeto de uma avaliação crítica por parte dos participantes através de formulário específico aplicado por esta unidade, tanto na modalidade presencial quanto na modalidade a distância.

13 - CERTIFICAÇÃO

Com a implementação do Sistema de Gestão de Pessoas – SIGEP neste Tribunal, a participação de magistrados e servidores em ações de capacitação passou a ser registrada diretamente no referido sistema e, em decorrência desse fato, esta Escola Judicial deixou de emitir certificados, exceto em caso de solicitações específicas, e nessas situações os certificados são emitidos de acordo com o que determina a Resolução Administrativa nº 008/2011, da ENAMAT, que dispõe:

“ (...)

Art. 2ª - Os certificados de frequência e aproveitamento emitidos pelas Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho nos cursos de Formação Inicial e de Formação Continuada, tanto em atividades presenciais quanto à distância, serão nacionalmente válidos para comprovação da atividade formativa discriminada pelo total de sua carga horária declarada e independem de homologação pela ENAMAT, ressalvado o disposto no art. 5º da presente Resolução.

Art. 3º – Para o efeito do disposto no artigo 2º, o certificado deverá conter: I – no anverso:

- a) nome da Escola Judicial emitente, data de emissão e assinatura da autoridade responsável, e, havendo mais de uma Escola Judicial promotora, menção ao nome de todas, independentemente de haver ou não em emissão conjunta do certificado;
- b) natureza de atividade como Curso de Formação Inicial e/ou Curso de Formação Continuada, nome do curso promovido e período de realização;
- c) declaração da frequência e do aproveitamento pelo Magistrado, indicando seu cargo e Tribunal de origem;
- d) caso houver, a existência de outra entidade pública ou privada copromotora conveniada;
- e) II – no verso;
- f) indicação discriminada dos módulos, do nome dos instrutores e de sua profissão e titulação acadêmica.
- g) carga horária total do curso, computada à razão de 60 minutos por hora - aula declarada;
- h) indicação da modalidade de realização por ensino presencial, por ensino a distância ou ambos;
- i) caso houver, o resultado da atividade avaliativa ou contributiva do resultado do curso.

§ 1º - Na hipótese de promoção de curso em convênio com outra entidade, pública ou privada, que não seja Escola Judicial integrante do SIFMT (alínea “d” do inciso II do art. 3º), a validade do certificado estará condicionada à homologação pela ENAMAT, observadas as normas de regência.

§ 2º - Os certificados emitidos até a publicação da presente Resolução serão válidos pelo total das horas-aula declaradas, ainda que considerem tempo de hora-aula diferente do definido na alínea “b” do inciso II do caput. Sua aceitação para comprovação de atividades formativas por Escola Judicial diversa da emitente do certificado estará condicionada à satisfação dos demais requisitos definidos na presente, sendo permitida, se for o caso, e a qualquer tempo, a expedição de novo certificado na forma devida. ” (Resolução ENAMAT Nº 008/2011).

14 - RESULTADOS ESPERADOS

A expectativa para a implementação deste plano é a de que as ações formativas nele contidas resultem em um aprendizado qualitativo tanto para magistrados quanto para servidores e que reflitam positivamente na qualidade da prestação jurisdicional do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região.

15 - FATORES DE RISCO PARA A EXECUÇÃO DO PLANO

- 1) Indisponibilidade de recursos orçamentários necessários para a execução dos trabalhos propostos nos projetos (planos de aprendizagem);
- 2) Indisponibilidade de datas nas agendas dos palestrantes/instrutores/tutores;
- 3) Ausência de domínio de conteúdo/qualidade e didática na apresentação dos palestrantes;
- 4) Inviabilidade da contratação dos profissionais por meio de inexigibilidade, se for o caso;

- 5) Desinteresse do público-alvo em participar das ações formativas em caso de eventos abertos;
- 6) Desvinculação dos objetivos do projeto com as metas definidas pela alta administração;
- 7) Não cumprimento das metas estabelecidas relacionadas ao número de magistrados e servidores treinados neste exercício, por razões orçamentárias e por seus afastamentos legais;
- 8) Necessidade de realização de cursos que nem sempre estão contemplados no relatório de Gestão por Competência;
- 9) Falta de um conhecimento mais aprofundado por parte dos servidores (gestores e subordinados) da importância e da consequência do preenchimento da avaliação de desempenho para o relatório de Gestão por Competência;

16 - PRODUTO PRINCIPAL DESTE PLANO

Realização das ações formativas que integram este plano.

17 - ÁREAS ENVOLVIDAS

1. Escola Judicial
2. Presidência
3. Conselho Escolar
4. Secretaria de Administração
5. Secretaria de Gestão de Pessoas
6. Secretaria Jurídico-Administrativa
7. Coordenadoria de Licitações
8. Secretaria de Orçamento e Finanças
9. Secretaria de Ordenação de Despesas
10. Assessoria de Comunicação
11. Seção de Magistrados

18 - ORÇAMENTO

Os recursos orçamentários para a execução deste Plano serão oriundos da rubrica específica para capacitação de magistrados e servidores da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região. Portanto, a execução das ações de capacitação constantes dos projetos fica condicionada à existência de tais recursos.

19. BASE LEGAL

O Plano Anual de Capacitação foi elaborado de acordo com alguns atos normativos, a saber:

Lei nº 11.416/2006 - Dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União - Presidência da República;

Portaria Conjunta nº. 01/2007 - STF - Regulamenta dispositivos da Lei nº. 11.416/2006 Gratificação de Atividade de Segurança

Portaria Conjunta nº. 03/2007 - STF - Regulamenta dispositivos da Lei nº. 11.416/2006 - Programa Permanente de Capacitação - STF

Resolução nº. 01/2008 - ENAMAT - Módulo Regional do Curso de Formação Inicial;

Resolução nº. 03/2009 - ENAMAT - Altera dispositivos da Resolução ENAMAT nº. 01/2008;

Resolução nº. 08/2011 - ENAMAT - Regulamenta a certificação de Cursos;

Resolução nº. 18/2015 da ENAMAT - Regulamenta e atualiza as competências dos Magistrados do Trabalho;

Resoluções nº. 159/2012 - CNJ - Dispõe sobre as diretrizes administrativas e financeiras para a formação de magistrados e servidores do Poder Judiciário;

Resolução nº. 192/2014 do CNJ - Dispõe sobre a Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário;

Resoluções nº. 159/2015 – CSJT – Institui a Política Nacional de Educação para servidores da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

Resolução nº. 174/2016 - CSJT - Regulamenta políticas de conciliação na Justiça do Trabalho - Conciliação e Mediação

Projeto Político Pedagógico da EJUD19

Planejamento Estratégico do TRT19

Resolução CNJ 246/2018 (que alterou a 192/2014)

Ato nº 101/2019 – Regulamenta a Concessão da Gratificação de Atividade de segurança – GAS e o Programa de Reciclagem Anual para Atividades de Segurança no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região;

Resolução nº 201/2015 – CNJ – Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável;

Ver se existe algum normativo novo que determine a realização de curso de PJE;

20. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. **Contratação de Treinamentos e Desenvolvimento - doutrina e prática**, Editora NP, 2 edição.

SILVA, Robson Santos da. **Gestão de EAD - Educação a Distância na Era Digital**, Editora Novatec, 2013.

RICARDO, Eleonora Jorge. **Educação Corporativa e Aprendizagem - As práticas Pedagógicas na Era do Conhecimento**, Editora Qualitymark, 2009.

ANEXO

PROGRAMAÇÃO - EXERCÍCIO 2020

A EJUD19 pretende oferecer aos magistrados e servidores deste Regional os cursos abaixo discriminados:

FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS

Primeiro semestre de 2020

N.º	CAPACITAÇÃO MAGISTRADOS DO TRABALHO - 1/2020	ENTIDADE PROMOTORA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	MODALIDADE
1	Curso Contemporaneidade de Pontes de Miranda.	EJud19	09/01/2020	4	Presencial
2	Lei de Abuso de Autoridade.	EJud19	09/01/2020	4	Presencial
3	Lei da Liberdade Econômica.	EJud19	10/01/2020	4	Presencial
4	Curso Controle de Convencionalidade.	EJud19	10/01/2020	4	Presencial
5	Curso Alagoas no Contexto das Transformações da Estrutura Produtiva Nacional, com Reflexos sobre o Mundo do Trabalho.	EJud19	13/01/2020	4	Presencial
6	Curso Economia do Trabalho no Brasil.	EJud19	13/01/2020	2	Presencial
7	Curso A Sentença na Arbitragem.	EJud19	13/01/2020	2	Presencial
8	Curso Oficina de Precedentes Judiciais.	EJud19	14/01/2020	8	Presencial
9	Curso Judicialização de Políticas Públicas.	EJud19	14/01/2020	4	Presencial

N.º	CAPACITAÇÃO MAGISTRADOS DO TRABALHO - 1/2020	ENTIDADE PROMOTORA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	MODALIDADE
10	Curso Teoria da Decisão.	EJud19	15/01/2020	4	Presencial
11	Treinamento no Sistema de Depósito Judicial (Projeto Garimpo).	EJud19	16/01/2020	2	Presencial
12	Curso Inteligência Emocional no Cotidiano.	EJud19	6 a 29/04/2020, prorrogado até 03/05/2020	16	A distância
13	Curso Inclusão e Acessibilidade - Autoinstrucional.	EJud19	6 a 29/04/2020, prorrogado até 03/05/2020	20	A distância
14	Curso Proteção de Dados e Privacidade no Direito Brasileiro.	EJud19	18 e 19/06/2020	8	Presencial

FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS

Segundo semestre de 2020

N.º	CAPACITAÇÃO MAGISTRADOS DO TRABALHO - 1/2020	ENTIDADE PROMOTORA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	MODALIDADE
1	Webinário Saúde do Trabalhador e a COVID-19.	Programa Trabalho Seguro e EJud19	24/07/2020	2	Presencial
2	Treinamento Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário - SISBAJUD.	EJud19	03/09/2020	3	Presencial
3	Curso Capacitando Instrutores para Aulas que Encantam.	EJud19	8 a 11/9/2020	12	Presencial
4	Palestra “A Ecologia do Ser e a Valorização da Vida”.	Programa Trabalho Seguro e EJud19	28/09/2020	2	Presencial
5	Curso Novas Ferramentas Tecnológicas e a Eficiência Processual na Justiça do Trabalho.	EJud19	23/11/2020	4	Presencial
6	Curso Raça Negra e Meio Ambiente de Trabalho.	EJud19	23/11/2020	4	Presencial
7	Curso Teoria da Imprevisão e a Coisa Julgada em Acordos Trabalhistas.	EJud19	24/11/2020	4	Presencial
8	Curso Gênero e Meio Ambiente do Trabalho	EJud19	24/11/2020	4	Presencial
9	Curso Texto e Contexto da Prova no Processo do Trabalho.	EJud19	25/11/2020	4	Presencial
10	Curso Responsabilidade Civil e Pandemia.	EJud19	25/11/2020	4	Presencial

FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS**Segundo semestre de 2020**

N.º	Os Possíveis Efeitos Psicológicos Pós-Pandemia	ENTIDADE PROMOTORA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	MODALIDADE
11	Curso Os Possíveis Efeitos Psicológicos Pós-Pandemia.	EJud19	26/11/2020	4	Presencial
12	Curso Comunicação na Justiça do Trabalho e Relacionamento com a Mídia.	EJud19	26/11/2020	4	Presencial
13	Curso Audiências Trabalhistas: Onde Estamos e Para Onde Iremos?	EJud19	27/11/2020	4	Presencial
14	Curso Reforma Trabalhista: Aspectos Polêmicos e Práticos.	EJud19	11 a 19/12/2020	30	Presencial

FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE SERVIDORES

Nº	CURSOS	PERÍODO	PARTIC.	C/H	PROAD Nº	SITUAÇÃO/ DEMANDA
01	Treinamento para utilização da Nova Central de Mandados	14/01/2020	20	4	77/2020	Realizado/ Atualização do sistema
02	Treinamento para atualização no Sistema PJe-JT, Versão 2.5	15/01/2020	47	6	67/2020	Realizado/ Atualização do sistema
03	Treinamento no Sistema de Depósito Judicial - Projeto Garimpo	16 e 17/01/2020	42	8	66/2020	Realizado/ Demanda da SCR
04	Reforma de Previdência: efeitos para Magistrados e Servidores. Alternativas para Mitigação dos Riscos	17/02/2020	>>	8	90/2020	Realizado Atualização e GPC
05	Decreto 10.024: novo regulamento do pregão eletrônico	2 e 3/3/2020	2	16	804/2020	Realizado Atualização e GPC
06	Tesouro Gerencial	16 a 18/3/2020	1	24	1049/2020	Realizado Atualização e GPC
07	As garantias fundamentais em tempos de pandemia	10, 15, 17, 22 e 29/6 e 1, 6, 8, 13 e 15/7/2020	36	31	2573/2020	Realizado GPC
08	Proteção de dados e privacidade no direito brasileiro	18 e 19/6/2020	18	8	917/2020	Realizado Atualização
09	Obras Públicas: é tempo de planejar	8 e 9/5/2020	5	16	2637/20	Realizado Atualização e GPC
10	Reciclagem Anual para Agentes de Segurança - GAS	13 a 24/7/20 (turma I) e 3 a 14/8/20	31	40	2845/2020	Realizado Portaria nº 01/2007 e Ato nº

		(turma II)				101/2019 TRT19
11	Controle de Convencionalidade	5/5 a 14/6/20	14	30	1785/2020	Realizado Atualização e GPC
12	Precedentes no Processo do Trabalho	5/5 a 14/6/20	14	30	1784/2020	Realizado Atualização e GPC
13	15º Congresso de Pregoeiros	10 a 13/8/2020	2	>>	2834/20	Realizado Atualização e GPC
14	Fiscalização de Contratos: Cálculos e Análises de documentos Trabalhistas...	24 a 28/8/2020	3	15	3263/20	Realizado Atualização e GPC
15	Responsabilidade dos Agentes públicos, Parecer Jurídico...	24 a 27/8/2020	1	12	3441/20	Realizado Atualização e GPC
16	Capacitando instrutores para aulas que encantam	8 a 11/9/2020	20	12	3685/20	Realizado
17	Curso Aplicação do RDC e da Contratação Integrada na Licitação e execução de Obras	28 a 30/9/2020	8	18	3507/20	Realizado Atualização
18	Curso para servidores e terceirizados (Instrutora Socorro Alécio)	2 e 3/9/2020	4	8	3680/20	Realizado
19	Treinamento SISBAJUD	03/09/2020	51	3	3631/2020	Realizado
20	Seminário on-line de Comunicação e Justiça - Aprendizados da Crise e Boas Práticas do Sistema de Justiça	15 e 16/10/2020	3	8	3933/20	Realizado
21	Julgamento Antecipado Parcial de Mérito e Execução Provisória	23/11/2020	23	8	4396/20	Realizado GPC
22	Recuperação Judicial e Crédito Extraconcursal	24/11/2020	27	4	5085/20	Realizado
23	Discriminação de Gênero no Ambiente de Trabalho	24/11/2020	24	4	5084/20	Realizado
24	Da Prova	25/11/2020	20	8	4445/20	Realizado
25	Ferramentas Eletrônicas de Execução	26/11/2020	33	8	4467/20	Realizado
26	Recurso de Revista	27/11/2020	12	4	4569/20	Realizado
27	Audiência Virtual	27/11/2020	14	4	4431/20	Realizado
28	Certificação Hacker Ético e Contramedidas	21/9 a 02/10/20	1	40	3508/20	Realizado

29	Curso RAD HAT	18/12/2020	1	>>	3511/20	Realizado Atualização e GPC
30	Curso VM WARE VSPHERE	28/9 a 02/10/20	1	40	3512/20	Realizado Atualização
31	Curso VEEAM AVAIABILITY	21 a 23/10/20	1	24	3521/20	Realizado Atualização e GPC
32	Curso ORACLE DATABASE	19 e 20/11/20	1		4386/20	Realizado Atualização e GPC
33	Curso INFORMATION SECURITY	10/11 a 17/12/2020	1	16	3530/20	Realizado Atualização e GPC
34	Curso ELASTIC SEARCH	14 e 18/12/20	2	44	4322/20	Realizado Atualização
35	Curso KUBERNETES ADMINISTRATION	26 a 29/10/2020	2	32	4351/20	Realizado Atualização
36	Agile Avançado: Crie modelos e descubra o Nexus	Plataforma Alura	1	10		Realizado Atualização
37	Agile na Prática: Técnicas aplicadas para gestão ágil	Plataforma Alura	1	8		Realizado Atualização
38	Angular parte 1: Fundamentos	Plataforma Alura	1	16		Realizado Atualização
39	Angular parte 2: Autenticação, Forms e lazy loading	Plataforma Alura	1	12		Realizado Atualização
40	Certificação PMP e CAPM Parte 1: Processos de Gerenciamento de Projetos	Plataforma Alura	1	8		Realizado Atualização
41	Certificação PMP e CAPM parte 2: Gerenciamento de Integração	Plataforma Alura	1	5		Realizado Atualização
42	Certificação PMP e CAPM parte 3: Gerenciamento de Escopo	Plataforma Alura	1	5		Realizado Atualização
43	Docker: Criando containers sem dor de cabeça	Plataforma Alura	1	10		Realizado Atualização
44	Git e Github: Controle e compartilhe seu código	Plataforma Alura	2	6		Realizado Atualização
45	Git e Github: Estratégias de ramificação, Conflitos e Pull Requests	Plataforma Alura	1	8		Realizado Atualização
46	HTML5 e CSS3 parte 1: A primeira página da Web	Plataforma Alura	2	8		Realizado Atualização
47	HTML5 e CSS3 parte 2: Posicionamento, listas e navegação	Plataforma Alura	1	8		Realizado Atualização

48	HTML5 e CSS3 parte 3: Trabalhando com formulários e tabelas	Plataforma Alura	1	8		Realizado Atualização
49	Introdução ao PHP: Primeiros passos com a linguagem	Plataforma Alura	1	6		Realizado Atualização
50	Introdução ao SQL com MySQL: Manipule e consulte dados	Plataforma Alura	1	12		Realizado Atualização
51	Java parte 4: Entendendo exceções	Plataforma Alura	1	12		Realizado Atualização
52	Java parte 5: Pacotes e java.lang	Plataforma Alura	1	12		Realizado Atualização
53	Java parte 6: Conhecendo o java.util	Plataforma Alura	1	12		Realizado Atualização
54	Kanban parte 1: Fundamentos Essenciais	Plataforma Alura	2	6		Realizado Atualização
55	Kanban parte 2: Métricas e Práticas Avançadas	Plataforma Alura	1	8		Realizado Atualização
56	Liderança parte 1: Seja líder no novo mercado	Plataforma Alura	1	8		Realizado Atualização
57	Liderança parte 2: seja o líder que o mercado procura	Plataforma Alura	1	12		Realizado Atualização
58	Linux I: Conhecendo e utilizando o terminal	Plataforma Alura	1	4		Realizado Atualização
59	Linux II: Programas, processos e pacotes	Plataforma Alura	1	8		Realizado Atualização
60	Python 3 parte 1: Introdução à nova versão da linguagem	Plataforma Alura	1	12		Realizado Atualização
61	Python 3 parte 2: Avançando na linguagem	Plataforma Alura	1	12		Realizado Atualização
62	Python 3: Introdução a Orientação a objetos	Plataforma Alura	1	12		Realizado Atualização
63	Redes parte 1: Introdução, Conceitos e Prática	Plataforma Alura	4	10		Realizado Atualização
64	Redes parte 2: Montando um projeto do cliente até o provedor de serviços	Plataforma Alura	2	10		Realizado Atualização
65	Redes parte 3: Defina as listas de controle e políticas de acesso de usuários	Plataforma Alura	1	5		Realizado Atualização
66	Redes parte 4: Configuração de protocolos de roteamento e IPv6	Plataforma Alura	1	8		Realizado Atualização

67	Redes parte 5: Wi-Fi	Plataforma Alura	1	6		Realizado Atualização
68	Scrum Parte 2: O Manifesto Ágil, Liderança e Organização em Scrum	Plataforma Alura	2	5		Realizado Atualização
69	Scrum Parte 5: Executando Projetos com Agile	Plataforma Alura	1	5		Realizado Atualização
70	Scrum Parte 6: Revisão, Retrospectiva e Encerramento de Projetos com Agile	Plataforma Alura	1	4		Realizado Atualização
71	Segurança de redes: Conheça as vulnerabilidades de servidores e clientes	Plataforma Alura	1	10		Realizado Atualização
72	Webpack: Manipulando módulos na sua webapp	Plataforma Alura	1	8		
73	Curso com enfoque em contratações do tipo “facilities” ou contratações integradas no serviço público (CMP) – proad n° 3464/19	A definir	A definir			A realizar Proad

**AÇÕES DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES REALIZADAS NA
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

CURSOS	PERÍODO	PARTIC.	C/H	Nº PROAD	SITUAÇÃO/ DEMANDA
Cultura da Qualidade (gestores)	3 a 28/2/2020	20	18	Não se aplica	Realizado
Cultura da Qualidade (servidores)	6 a 29/04/2021	100	18	Não se aplica	Realizado
Inclusão e Acessibilidade	6 a 29/04/2021	100	20	Não se aplica	Realizado
Inteligência Emocional	6 a 29/04/2021	100	16	Não se aplica	Realizado
Formando Conciliadores	1º semestre				Não Realizado
Introdução a Gestão Sócio Ambiental	1º semestre				Não Realizado
Comunicação Social, Gênero e Diversidade	1º semestre	50	15	Não se aplica	Realizado
Reforma Trabalhista: Aspectos polêmicos e – Turma 2020	2º semestre	30	30	Não se aplica	Realizado